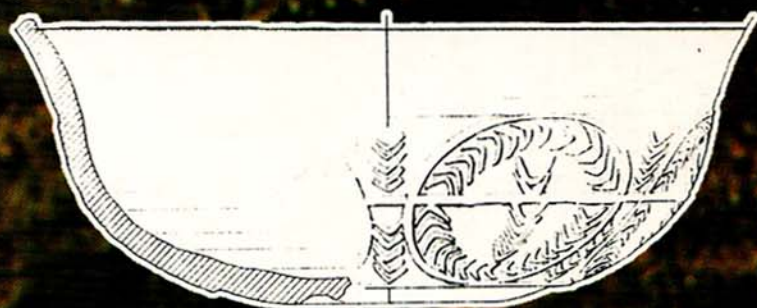
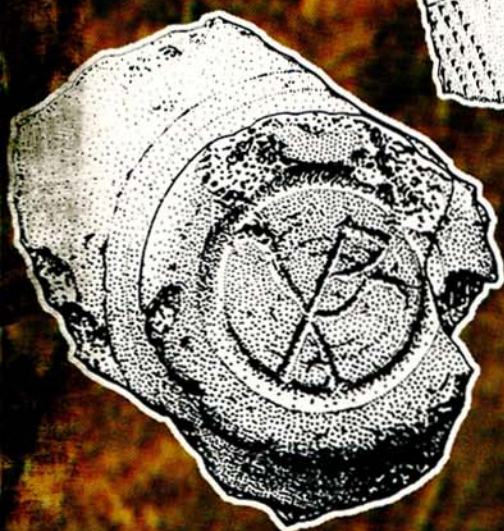
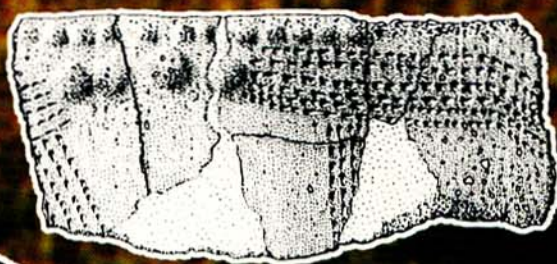
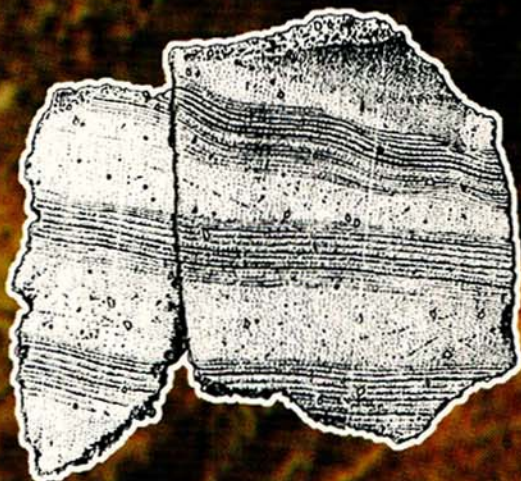


CÔA VISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 1 · ANO DE 1999



EDIÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

O Parque Arqueológico Vale do Côa

projectos, iniciativas e gestão *

FERNANDO MAIA PINTO

O Parque Arqueológico Vale do Côa tem como objectivo primeiro garantir o estudo, salvaguarda, divulgação e adequada valorização dos sítios arqueológicos classificados como Património da Humanidade pela UNESCO. Numa perspectiva abrangente do património, a área envolvente destes conjuntos, que lhes confere o necessário enquadramento quer histórico quer paisagístico, carece igualmente de protecção e, nessa medida, a área do Parque é tomada como um todo que urge correctamente salvaguardar, por um lado, mas possibilitar também a necessária fruição a todos quantos o entendem visitar. Mostrar o património que o Parque guarda é um desafio. Porque urge ser mostrado e porque é fulcral garantir a qualidade da visita — calma, concentrada em pequenos percursos, atenta ao essencial e a recato do bulício e do ruído que a desvirtuaria. Paulatinamente diversificam-se os meios — em veículo todo-o-terreno, a pé, de bicicleta, de barco. Dentro do prazo estabelecido, o acesso ao Museu na Canada do Inferno permitirá uma fruição distinta do espaço: a chegada de barco, em desejável *interface* com o caminho-de-ferro. Aguardamos com expectativa a revitalização, enquanto percurso turístico e de lazer, da linha de caminho de ferro Pocinho-Barca d'Alva, por possibilitar magnífica e ímpar fruição da paisagem ribeirinha ¹.

É no encontro de tão distintas componentes que se desenvolve a gestão do Parque Arqueológico e por essa razão anexamos aqui projectos que espelham diversas preocupações — o Plano Arqueológico (eixo fundamental do Parque, criadora de conhecimentos, base da divulgação e da concepção de toda uma gama de materiais de apoio que sustentam uma visita rica e diversificada. É neste contexto que têm sido acolhidos investigadores de diferentes universidades de diversos países). Anexamos também o resumo de um Projecto ligado à conservação da natureza por entendermos que a gestão adequada de uma área com estas caracte-

rísticas assenta numa perspectiva integrada do espaço e do património.

A opção pela salvaguarda das gravuras rupestres e pela criação de um Parque Arqueológico marcou um claro rumo de desenvolvimento para esta região, deixou expressa uma opção por uma dada perspectiva de ordenamento do território que passa por uma aposta na descentralização da cultura e no ancorar de iniciativas inovadoras neste domínio no interior do país. O PAVC pretende ser um pólo dinamizador de cultura mas não pode nem está nos seus objectivos substituir-se à acção autárquica, associativa, privada. Está nos seus planos promovê-las, estimulá-las. Cooperar com iniciativas de índole diversificada — de uma colaboração avisada e de uma acertada conjugação de esforços depende o bom êxito desta aposta e uma inflexão do destino plurisecular de desertificação.

À qualificação da paisagem do PAVC acrescenta-se como uma importantíssima mais-valia o Parque do Douro Internacional. Se a classificação como área protegida anuncia desde logo a importância da paisagem que assim se protege, a criação de uma estrutura dirigida à sua gestão garante a preservação e potencia a vertente de salvaguarda que ao PAVC importa. Por outro lado, se muitos visitantes procuram as gravuras rupestres que ditaram a criação do PAVC, a sua sobrevivência como património qualificado depende de uma sólida gestão que coloque os núcleos mais importantes a recato das multidões. Neste sentido, todas as iniciativas que forneçam aos visitantes alternativas complementares de interesse e de visita são para o PAVC decisivas a vários níveis. Por contribuírem para o racionalizar da procura, por possibilitarem um contexto enriquecido de lazer, aprendizagem e fruição, por contribuírem para um equilibrado desenvolvimento da região. Falamos de iniciativas como as que a Quinta da Ervamoira desenvolve, com a dinamização da investigação arqueológica, a criação de estruturas museológicas e a manutenção de estruturas de divulgação e apoio aos visitantes; de iniciativas que se traduzem em projectos de investigação histórica e arqueológica em castelos como Numão e Castelo Melhor, em antigas zonas de ocupação como Calábria; do estudo e da requalificação das aldeias; da criação de percursos da natureza; de pontos observação de fauna, designadamente de avifauna; da criação de uma rede de acessos adequada às diferentes

* Texto adaptado a partir de comunicação apresentada ao Curso de Arte Rupestre Tomar (1999)

¹ Tendo em vista uma estreita ligação com este eixo ferroviário, estabeleceram-se contactos com o Director do Instituto de Navegabilidade do rio Douro. Esta interessante *interface* comboio/barco apresenta uma inegável utilidade no acesso ao futuro Museu do Parque.

necessidades regionais (e se sublinhamos adequada é por pugnarmos por uma rede viária de qualidade, que não se confunde de modo algum com um proliferar de estradas de rápido curso² ou de acesso a locais onde o carro não é meio aconselhado de chegada); do desenvolvimento de iniciativas ligadas à hotelaria e à gastronomia que tenham por base uma inequívoca opção pela qualidade.

Queremos sublinhar a importância que há em fomentar, neste momento, uma relação dinâmica

² Sendo óbvia a importância de um acesso de qualidade à fronteira seguindo o trajecto Foz Côa/ Figueira de Castelo Rodrigo/ Almeida/ Vilar Formoso — assim como é premente e decisiva a conclusão do IP2 — defendemos vigorosamente a transformação do projecto do Itinerário Complementar Vila Nova de Foz Côa/Barca d'Alva num projecto de distinta natureza: uma estrada panorâmica que, ao invés de criar danosos impactos visuais, se constitua num meio de valorização e fruição da paisagem. Será, no fundo, uma duplicação, um espelho, do eixo ferroviário, sublinhando ambos o sentido Este/Oeste do rio Douro, marcando-lhe a importância, oferecendo-os aos sentidos dos visitantes e dos locais.

entre o PAVC e as diversas componentes que importa desenvolver na região. Pela parte do Parque Arqueológico, para além do apoio e coordenação de uma sólida rede de projectos de investigação arqueológica com uma vertente científica, divulgativa, formativa e de animação; de um conjunto de acções no campo da conservação da Natureza e educação ambiental, estamos solidamente envolvidos na concretização dos projectos das diversas especialidades para o Museu da Canaça do Inferno; na construção de mais Centros de Recepção e na criação de novos percursos; no Plano de Ordenamento da área do Parque que, pela importância que reveste, merecerá, a seu tempo, tratamento autónomo e apropriada divulgação.

Da conjugação de tão distintas aproximações, da colaboração dos agentes dos quais depende um leque tão diversificado de acções, cremos que poderá resultar um novo desenvolvimento e um ordenamento acertado e seguro das bacias do Côa e Alto Douro.

Plano de Investigação Arqueológica do Parque Arqueológico Vale do Côa - Objectivos, Acções Previstas, Projectos desenvolvidos na área e colaborações¹

- 1999/2000

INTRODUÇÃO²

É do interesse do Parque Arqueológico e decorre da sua própria natureza assentar a estratégia de gestão do território num programa de investigação profunda do ordenamento actual do território e dos ordenamentos que o antecederam correspondendo a diferentes modos de vida dos grupos humanos que o habitaram. Do programa de investigação decorrem opções que, ainda que a todo o momento actualizáveis, terão de ser claras — há usos do território que urge promover outros há que devem ser alterados. Por outro lado, a natureza de

¹ Texto adaptado a partir do Plano de Investigação Arqueológica do PAVC.

² Este *Plano Arqueológico* é norteado por duas ideias: a ideia de que se está a operar no sentido da constituição de um centro integrado de investigação que ganhará corpo pleno no Museu do PAVC; a de que importa rever regularmente o actual plano, actualizando estratégias, incluindo projectos novos e novas colaborações e procurando dar resposta adequada a questões que o desenvolver da investigação e as alterações nos contextos sociais, políticos, económicos e culturais de âmbito regional e nacional sempre colocam.

um parque arqueológico impõe desde logo um programa de salvaguarda do património entendido em sentido estrito — um conjunto ímpar de gravuras paleolíticas e proto-históricas classificadas umas como património da humanidade outras como monumento nacional e um conjunto de sítios arqueológicos relacionados — e em sentido alargado — a bacia do baixo Côa. Nesta última perspectiva, toda a área é tomada por um lado como o contexto que confere sentido histórico àqueles conjuntos e por outro lado como o contexto paisagístico contemporâneo que confere a dimensão de Parque Arqueológico, que lhes possibilita a fruição e dá sentido pleno à divulgação do património, outro vector primordial do Parque. Investigar, preservar, promover a fruição e divulgar. No entanto, tratando-se do único parque nacional com o estatuto de Parque Arqueológico, é ainda e por excelência o palco privilegiado para que uma perspectiva arqueológica esteja na base do entendimento e da própria gestão do território assim delimitado e encarado como o espaço onde se sucederam gerações de homens que com ele interagiram, o utilizaram e o molda-

ram, assim se construindo paulatinamente a paisagem que nos chegou. Feita de marcas dos gestos que, desde a pré-história, gravaram os painéis de xisto, acenderam lareiras, construíram habitações, rasgaram vias, roubaram terra arável ao monte, ergueram vilas fortificadas, castelos, pontes, marcaram rotas de transumância... Destes gestos restaram vestígios parcos, nuns casos, já imponentes noutros, resultando esta maior visibilidade quer do maior vigor da empresa, votada à perenidade, quer de um maior investimento na investigação e na valorização dos sítios que escavações arqueológicas revelam, textos divulgam, projectos musealizam.

A gestão parte de uma combinação clarividente entre todas estas vertentes e como o ordenamento do território pressupõe estratégias de actuação sempre actualizadas e solidamente alicerçadas em opções claras, a investigação torna-se a pedra de toque da boa gestão. Dela decorre a definição das políticas, dela decorre a correcta salvaguarda, a mais ampla e enriquecedora fruição, a divulgação necessária, a própria animação do espaço. Tome-mos um exemplo: se, como hipótese de trabalho, definirmos as orlas ribeirinhas como as áreas onde avultam prioritariamente os vestígios pré-históricos; se entendermos essa parte do território como o contexto simultaneamente histórico e paisagístico adequado a uma boa leitura e preservação dos sítios arqueológicos dessa época, poderemos eleger essas áreas como aquelas em que urge fazer regredir os plantios que vêm de época medieval e moderna, deixar que cresçam os bosques e a cobertura arbustiva espontânea, toda uma panóplia de fauna e flora específicas que vingarão. Se definirmos centros de povoamento — actuais aldeias — como importantes centros políticos e administrativos medievos, fortemente ligados à exploração dos produtos da terra, que atravessam os tempos modernos e vêm até à contemporaneidade, poderemos definir as aldeias e envolvente como as áreas em que um conjunto de actividades actuais ligadas à exploração agro-pecuária fornece o adequado contexto histórico e paisagístico (potenciando ademais a biodiversidade com todas as espécies vegetais e animais que se associam aos locais agricultados). Por outro lado, centros urbanos que da sociedade tradicional à modernidade mantêm alguma vitalidade e são hoje os grandes centros ancoradores do povoamento, da urbanidade, associados a eixos viários importantes — muitos deles antiquíssimos corredores que chegada à região — como é Vila Nova de Foz Côa, o local da sede do Parque, serão assim o contexto adequado ao desenvolvimento das actividades que o Parque promove ligadas à urbanidade: parte da interface com o público, como a formação e a divulgação deverão sem reservas assentar nestes locais. Serve o que foi dito para enfatizar que a definição das estratégias assenta, necessariamente, na investigação.

PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

Ordenaram-se os projectos que integram este plano de investigação e intervenção arqueológica do PAVC em três categorias:

(A) projectos de investigação promovidos pelo PAVC (desenvolvidos por arqueólogos que trabalham no contexto do Parque Arqueológico ou noutra modalidade desde que a iniciativa da intervenção seja do PAVC);

(B) projectos de investigação desenvolvidos por arqueólogos que trabalham no interior da área do PAVC a título pessoal, ou representando projectos de investigação colectivos ou institucionais com os quais o parque já activamente colabora ou programa colaborar a diversos níveis, seja fornecendo apoio logístico, seja financeiramente;

(C) projectos de investigação desenvolvidos na área envolvente do PAVC que são ou venham a ser considerados relevantes ou prioritários para o PAVC justificando um forte empenhamento do PAVC e envolvendo modalidades de apoio que poderão ser financeiras e logísticas; ou considerados de interesse que justifique o definir de outras modalidades de cooperação por proposta do Parque ou dos investigadores ou entidades que os desenvolvem.

O estudo da arte rupestre releva das competências do Centro Nacional de Arte Rupestre

(A) Projectos de investigação promovidos pelo PAVC

1. Contexto arqueológico da arte paleolítica do Vale do Côa

responsável Thierry AUBRY

Prosseguindo os caminhos da investigação já desenvolvida, são objectivos e calendarizaram-se para o corrente ano as seguintes acções:

1.1. (Objectivos:) Definição da sequência cronoestratigráfica de ocupação da bacia do Côa durante o Paleolítico superior, comparação com as sequências arqueológicas das regiões litorais e avaliação da continuidade de exploração da região.

1.1.1. — prospecção sistemática do planalto granítico entre as bacias do Côa e da Ribeira de Aguiar, sondagens e escavação desenvolvidos pela equipa do P.A.V.C

1.1.2. — continuação do projecto de datação iniciado em 1997, em colaboração com o Laboratório de Gif-sur-Yvette, sobre a responsabilidade de Hélène Valladas et Norbert Mercier

1.1.3. — início de um projecto de escavação em extensão do sítio de Cardina I, em colaboração com o S.E.R.P. da Universidade de Barcelona, responsável J.M. Fullola.

1.2. (Objectivos:) Reconstituição dos sistemas de povoamento e de exploração dos recursos do território.

1.2.1.— prospecção das bacias da Ribeira de Aguiar e do Águeda a partir dos modelos de conservação dos sedimentos pleistocénicos definidos na bacia do Côa. Trabalho a desenvolver por equipa exterior ao PAVC.

1.2.2. — estudos tecnológicos das indústrias líticas. Comparação diacrónica e sincrónica dos métodos de produção da indústria lítica (PAVC). Análises traceológicas sob a responsabilidade de H. Plisson (UPR- 7549 do C.N.R.S., Valbonne, France) das indústrias líticas de cronologia anterior ao último máximo glacial, recolhidas em contextos graníticos.

1.2.3. — estudo experimental da funcionalidade das estruturas de habitat encontradas nas jazidas, em especial das estruturas de combustão (PAVC). Estudo de repartição espacial dos vestígios. Conservação, realização de réplicas em colaboração com A. Morala (Museu Nacional de Pré-História, Les Eyzies, France).

1.2.4. — estudo do aprovisionamento em matérias primas líticas em colaboração com Xavier Mangado Laach do S.E.R.P (Universidade de Barcelona, Espanha) pela caracterização petrográfica dos sílex. Prospecção dos afloramentos cretácicos, jurássicos e terciários com silicificações (PAVC em colaboração com o S.E.R.P).

1.3. (Objectivos:) Reconstituição dos processos de formação dos depósitos pleistocénicos, relação com o substrato rochoso.

1.3.1. — análises sedimentológicas e micromorfológicas (Morgane Liard, I.N.A., P.G., Centre de Grignon, Département AGER, Agronomie et Environnement, Sciences des sols et Hydrologie, France).

1.3.2. — escavação em extensão dos níveis magdalenenses datados por processo TL no sítio da Quinta da Barca Sul, e análises das superfícies rochosas recobertas por sedimentos pleistocénicos, comparação com as superfícies rochosas de Quinta da Barca e do estado de alteração das rochas gravadas da Quinta da Barca e Penascosa em função da geologia e da posição nas vertentes (equipa exterior constituída por F.X. Chauvière, S. Tymula, A. Calame, I. Déchanet).

2. A Pré-História Recente do Parque Arqueológico do Vale do Côa

responsável António Faustino de CARVALHO ³

Introdução

Os trabalhos de prospecção arqueológica efectuados de 1995 a 1997 haviam posto a descoberto um elevado número de contextos habitacionais da Pré-História recente cuja cartografia foi divulgada aquando da publicação do relatório sobre a Arte

³ António Faustino Carvalho foi responsável permanente pelo estudo da Pré-História Recente do PAVC no triénio 1996-1998. A continuação da investigação será, de 1999 em diante, assegurada através da realização de campanhas anuais de trabalho de campo.

Rupestre e a Arqueologia do Vale do Côa promovido pelo Ministério da Cultura.

Ao longo de 1998 pretendia-se prosseguir no mesmo sentido da investigação fornecendo um contexto habitacional à arte rupestre da Pré-História recente. Foram feitas prospecções localizadas que resultaram na descoberta de sítios do Neolítico antigo — Quebradas e Quinta da Torrinha — cuja publicação monográfica está no prelo (Revista Portuguesa de Arqueologia).

Por outro lado, procurava-se dar resposta à questão da neolitização nesta área. Verificamos que o povoamento deste período assentava em sítios de ar livre, em áreas planálticas, funcionalmente especializados seja na pastorícia ou caça (no caso das Quebradas) seja no processamento de recursos vegetais (no caso da Quinta da Torrinha) e estaremos assim em presença de populações pouco sedentárias.

Este trabalho de prospecção revelou uma rede de povoamento Calcolítico muito densa, incluindo sítios desde o Calcolítico inicial até ao Calcolítico final/ transição para a Idade do Bronze.

Calcolítico inicial: Quinta da Torrinha e Tourão da Ramila;

Calcolítico pleno: Barrocal Tenreiro e o Castelo de Algodres;

Calcolítico final ou de transição para a Idade do Bronze: sítio do Fumo (que deverá ser correlacionado com a necrópole de cistas do Vale da Casa). Os sítios calcolíticos revelaram estruturas habitacionais mais perenes, sendo as técnicas de construção das estruturas de habitat mais duradouras e os povoados ocupam áreas de maior dimensão. Realça-se o sítio do Fumo, que apresentou preservação orgânica, tendo sido possível determinar as espécies animais consumidas durante aquela ocupação: coelho, ovicaprino, veado, bovino doméstico.

Um dos pontos ainda em aberto era o conhecimento do Megalitismo do Baixo Côa, pelo que as acções levadas a cabo incidiram particularmente nessa questão. Deste modo, prospectaram-se as sub-áreas menos visitadas nos anos anteriores: a bordadura Sul de Urros e a margem direita da Ribeira de Aguiar. Embora estas acções tenham resultado na descoberta de mais sítios pré-históricos, nenhum pôde ser incluído no tipo de sítios procurados.

Cooperação em curso com disciplinas auxiliares:

Caracterização petrográfica de cerâmicas pré-históricas — Laboratório de Radiocarbono do Instituto de Tecnologia Nuclear;

Determinação Antracológica — Laboratório de Paleoecologia do Museu Nacional de História Natural;

Análises Paleometalúrgicas — Network Systems and Interdepartmental Laboratories (American Museum of Natural History);

Datações absolutas (por acelerador de restos ósseos do povoado do Fumo) — Centre de Faibles Radioactivités (Laboratoire Mixte CNRS/CEA de Gif-sur-Yvette).

Prosseguindo a investigação já desenvolvida, são objectivos e calendarizaram-se para 1999 as seguintes acções:

2.1. (Objectivos:) Documentação de contextos calcolíticos de habitat: os povoados do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) do Barrocal Tenreiro (Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo) e Gamoal/ Vale de Mateus (Almendra, Vila Nova de Foz Côa).

2.1.1. Escavação do povoado calcolítico do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa).

Determinação da funcionalidade e dos limites espaciais de estruturas de habitat reconhecidas durante os trabalhos de 1998.

2.1.2. Sondagem do sítio calcolítico de Gamoal/ Vale de Mateus (Almendra, Vila Nova de Foz Côa).

Identificação de níveis preservados no sentido de avaliar e determinar o estado de preservação do sítio.

2.1.3. Escavação do *Locus* III e/ou sondagem do *Locus* I do povoado do Barrocal Tenreiro.

2.2. (Objectivos:) Estudo das práticas funerárias da Pré-História recente do Baixo Côa: levantamento das informações orais sobre megálitos; documentação da necrópole de cistas de Malhadaís (Barca d'Alva, Figueira de Castelo Rodrigo); exploração das cavidades naturais de Penhas Ruivas (Ligares, Moncorvo).

2.2.1. Localização e estudo de locais possivelmente utilizados durante a Pré-História Recente como necrópole. Para 1999 prevê-se a exploração espéleo-arqueológica das cavidades naturais conhecidas nas Penhas Ruivas (Ligares, Moncorvo).

2.3. (Objectivos:) Questão das indústrias macro-líticas da Pré-História recente do Côa Sondagem do sítio de Olival de S. Paulo (Quintã de Pêro Martins, Figueira de Castelo Rodrigo).

2.4. (Objectivos:) Restauro de vasos pré-históricos. Constituição de um acervo museológico tendo em vista a inclusão de materiais arqueológicos originais no futuro Museu do PAVC. Para conseguir este objectivo restaurar-se-ão vários vasos cerâmicos dos povoados calcolíticos do Fumo e Barrocal Tenreiro.

(o equipamento e os consumíveis formam o embrião do futuro Laboratório de Restauro a implementar no Museu do PAVC).

3. A Proto-História do Parque Arqueológico do Vale do Côa

No sentido de promover a investigação deste período, contexto fundamental para o estudo das gravuras da Idade do Ferro nos rios Côa e Douro

e vales das ribeiras tributárias junto à foz do Côa, entende-se prioritária uma intervenção em povoados próximos conhecidos e atribuíveis a esta época.

Neste sentido, o PAVC, em estreita colaboração com o CNART, tem em análise o apoio e desenvolvimento de um conjunto de ideias e projectos neste âmbito.

4. A Ocupação Medieval e pós-Medieval da bacia do Baixo Côa

responsável Alexandra Cerveira Pinto LIMA

Introdução

O estudo da ocupação medieval e pós-medieval da área do Parque desenvolve-se no sentido de perceber a formação da paisagem actual — povoados, rede viária, área agricultada e baldia — numa perspectiva ligada ao aproveitamento e exploração dos recursos e à relação entre o tipo de ocupação do espaço, a apropriação destes recursos e as estruturas sociais — no sentido de relações horizontais, familiares e de vizinhança, e verticais, relações de poder e de hierarquização no interior das comunidades e entre as diversas comunidades. O entendimento da formação da paisagem fornece instrumentos de actuação no presente, seja pela definição do papel da agricultura na manutenção da paisagem, seja pelo entendimento dos equilíbrios históricos entre *rural* e *urbano* na área do Côa e Douro Superior e seus reflexos na estruturação da mesma paisagem. Perceber os mecanismos de fixação de populações da baixa Idade Média à actualidade, os movimentos centrípetos despoletados pelas vilas e pólos atractivos de vária natureza, bem como os mecanismos de despovoamento, relacionando ambos com a organização do espaço, papel da actividade agro-pastoril e alterações na paisagem, são instrumentos importantes para a definição de políticas e estratégias de actuação do PAVC, a nível de salvaguarda do património — entendido aqui na sua mais lata acepção — e de agente potenciador da fixação de populações nesta área.

A construção da nacionalidade ditou uma reorganização política e administrativa deste espaço que passou pela clara definição de centros com uma forte marcação arquitectónica e uma novidade urbanística. Assim, esses centros de poder político, interlocutores da coroa, virão a ser as vilas fortificadas, construídas de raiz muitas vezes — as vilas novas — ou transformando as antigas implantações em novos centros nomeadamente pela edificação de cinturas de muralhas e torres marcando claramente o estatuto da vila⁴. A Época Moderna,

⁴ DORDIO, Paulo — *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*, Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP, 1993.

profundamente marcada nos povoados e nas áreas agricultadas, assiste também ao início de um despovoar paulatino de algumas destas vilas. Uma virão a ser substituídas por implantações menos defensivas, aldeias do termo que absorvem a população, em lugares mais abertos, mais junto das vias, enquanto outras reforçam a centralidade. A Idade Moderna verá também alterações significativas no uso da terra, reordenamentos da paisagem e recomposições do povoamento com o papel de relevo das quintas vinhateiras e a requalificação de alguns centros de feição urbana. No entanto o sentido geral será o de uma sangria contínua de gentes e de importância no contexto nacional que a Época Contemporânea acentua e revela como movimento plurisecular e estrutural. O estudo aprofundado destas realidades e das interdependências que as ditaram é de si um desafio e mais o é pelo facto da investigação poder contribuir para a definição de políticas em áreas onde se espera que o poder central — por se tratar de áreas com estatuto especial de protecção, como o PAVC — opere no sentido de retirar ao interior o carácter de território marginal e periférico, numa palavra, promova activamente o reordenamento do território nacional.

Estando a decorrer um conjunto de intervenções na área do PAVC e envolvente de feição monográfica em contextos que vão desde o período de ocupação romana à Época Moderna, para além de estudos de carácter mais abrangente sem recurso a escavações, importa que a actuação do PAVC passe pelo contemplar de modalidades de apoio a estas várias intervenções; pelo empenhamento na valorização e animação dos sítios; por disponibilizar e divulgar a informação e os conhecimentos produzidos. Meio importante de apoio aos projectos e base do futuro centro de investigação do Museu é a constituição de um arquivo próprio no PAVC, resultante da reprodução nos suportes mais adequados de fontes escritas medievais e pós-medievais relativas à região, começando pelas que concernem os sítios em estudo. O objectivo a médio prazo será a constituição de um arquivo integrado — imagens que sustentam o trabalho de prospecção e de inventário; resultados do próprio inventário; bibliografia e cartografia relacionadas; fotografia aérea; fontes reproduzidas. Cria-se assim, paulatinamente, um centro de documentação integrado e centro de estudos.

Como investigação a desenvolver em 1999 no contexto da estrutura do PAVC:

Acção a) Prospecção

Acção b) Inventário

Acção c) Estudo monográfico de aldeias (Cidadelhe/ Chãs)

4.1. Acção a)

(Objectivos:) prospecção sistemática do território numa perspectiva de arqueologia extensiva e da

paisagem (apropriação e organização do território/ exploração de recursos) — levantamento do existente com base em categorias a definir (aldeias, quintas, estruturas rurais, despovoados, rede viária, marcas da sacralização do território, área agricultada/baldia, parcelário) tendo presente que os períodos medieval e pós-medieval marcaram profundamente o espaço e procurando ler na apropriação do território a tensão entre o aproveitamento dos recursos / pressão ou esvaziamento demográfico e as alterações no modo de vida das populações.

Este trabalho de prospecção estará na base da segunda acção, a concepção da estrutura de um inventário.

4.2. Acção b)

(Objectivos:) elaboração de um Inventário entendido como o prolongamento da prospecção sistemática do território, meio apropriado para o registo, manuseamento e ordenamento da informação e base importante para a gestão do território, paisagens e património. Este trabalho, que se desenvolve com uma atenção particular à ocupação do espaço, rede viária, povoamento, casa, técnicas construtivas, materiais de construção, etc., numa segunda fase tenderá a incluir um inventário do conjunto da cultura material e imaterial ⁵.

4.3. Acção c)

Estudo monográfico de aldeias (Cidadelhe/ Chãs)

(Objectivos:) partindo de um primeiro reconhecimento do território, que passa pela realização de prospecção sistemática, é possível desde logo iniciar trabalhos de orientação monográfica em sítios a definir. Como hipótese primeira de trabalho, escolheu-se, em função dos próprios compromissos do PAVC, Cidadelhe e Chãs. O trabalho de prospecção sistemática e de inventário inicia-se nestas duas áreas bem como uma abordagem às fontes disponíveis de época moderna e contemporânea. Pretende-se promover uma colaboração estreita com as várias equipas que desenvolvem projectos de diversa natureza em Cidadelhe (arquitectónica, arqueológica, ligados ao património natural). O trabalho que decorrerá em 1999 é essencialmente de avaliação e de programação das estratégias para 2000 e 2001. Pretende-se com estes trabalhos alicerçar um conjunto de publicações monográficas bem como contribuir para lançar as bases de um estudo aprofundado da ocupação rural e da formação da paisagem na área do PAVC.

⁵ Destacando-se a grande qualidade e carácter inovador do inventário do património arquitectónico a ser desenvolvido pela Divisão de Património da Câmara Municipal do Porto, sob a responsabilidade de arqueóloga Isabel Pinto Osório, Chefe da Divisão de Património Cultural, tendo já sido criada uma estrutura de levantamento, registo e gestão de dados, é importante, no sentido de adquirir conhecimentos e experiências, não duplicando trabalho, procurar estabelecer colaboração com aquela entidade solicitando apoio e disponibilizando informações e competências que possam ser de mútua utilidade.

(B) Projectos de investigação desenvolvidos por arqueólogos que trabalham no interior da área do PAVC a título pessoal, representando projectos de investigação colectivos ou institucionais com os quais o Parque activamente colabora ou programa colaborar a diversos níveis, seja fornecendo apoio logístico ou outro, seja financeiramente

1. Ervamoira. Projecto de Investigação (responsável Gonçalves Guimarães)
2. Castelo Medieval de Castelo Melhor. Intervenção arqueológica (responsável Michael Mathias)
3. Monte do Castelo/Calábria. Projecto de Investigação (responsável Susana Cosme)⁶

(C) Projectos de investigação desenvolvidos na área envolvente do PAVC que são considerados relevantes ou prioritários para o PAVC justificando um forte empenhamento do PAVC e envolvendo modalidades de apoio que poderão ser financeiras ou logísticas; ou considerados de interesse que justifique o definir de outras modalidades de cooperação por proposta do Parque ou dos investigadores ou entidades que os desenvolvem

A. Intervenções prioritárias para o PAVC:

1. Castelo de Numão. Projecto de Investigação (responsáveis Isabel Alexandra Lopes, Heloísa Valente e Paula Barreira)
2. Vila de Marialva e sítio da Devesa. Avaliação e Estudo (responsável Paulo Dordio)

B. Intervenções com interesse para o PAVC justificando apoio financeiro e/ou logístico e edição de trabalhos de divulgação ou monográficos

1. Prospeção na área Sul e Este da Civitas Aravorum (responsáveis Maria do Céu Ferreira e Manuel Perestrelo)

C. Intervenções com interesse para o PAVC justificando apoio logístico e publicação

1. Prospeção na área do Sabugal (responsável Marcos Osório)

⁶ Uma intervenção em Cidadelhe, da responsabilidade de Manuel Perestrelo, integra um Projecto de Investigação mais amplo e está em análise no IPA. O seu desenvolvimento deverá desenrolar-se em estreita colaboração com o PAVC uma vez que Cidadelhe é um sítio considerado prioritário dado o seu potencial arqueológico, dadas as características paisagísticas e do edificado e as possibilidades de aí desenvolver projectos de animação e de valorização assentes em programas de estudo integrado.

DIVULGAÇÃO

No sentido de cumprir a obrigação primeira de publicar os resultados da investigação realizada têm vindo a público diversos trabalhos dos investigadores que estudam a ocupação pré-histórica do PAVC de que são exemplo:

AUBRY, Thierry — *L'occupation de la vallée du Côa pendant le Paléolithique supérieur*, Colóquio da Commission VIII de l'U.I.S.P.P., Vila Nova de Foz Côa, 22-24 de Outubro de 1998.

CARVALHO, António Faustino de — *O sítio de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa*, «Revista Portuguesa de Arqueologia», nº 2, vol. 1, (no prelo).

Simultaneamente, dando resposta a um desafio do ProCôa e procurando produzir elementos de divulgação, valorização e animação, funções do PAVC, o livro *Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo* foi organizado pelo PAVC (coordenação de LIMA, Alexandra Cerveira Pinto) contando com um conjunto de textos do director e dos investigadores do PAVC bem como com um conjunto de textos de arqueólogos que trabalham em projectos na região ou de especialistas de outras áreas do saber⁷.

Neste mesmo sentido, calendarizaram-se as seguintes realizações para 1999/2000:

- edição de 3 livros resultado de teses de mestrado e doutoramento sobre a região (Tese de Doutoramento de Francisco Sande Lemos sobre o período Proto-Histórico em Trás-os-Montes; a Tese de Mestrado em História de Arte de Ana Margarida Gonçalves Carvalheira sobre o Convento de Santa Maria de Aguiar e a Tese de Mestrado em Arqueologia sobre a reorganização do povoamento na Baixa Idade Média em Trás-os-Montes e Alto Douro de Paulo Dordio)
- preparação de uma exposição a inaugurar em 2000, com os resultados da investigação realizada até ao momento no contexto do PAVC e envolvente, com a colaboração de diversos investigadores que aqui têm projectos de estudo.
- preparação de um conjunto de roteiros — em colaboração com os projectos de investigação em curso — que possam servir de base a itinerários pela região na área envolvente do PAVC.

⁷ Livro que foi concebido e coordenado pelos serviços do PAVC a pedido do ProCôa para ser apresentado no dia do Côa na Expo 98. Lamenta-se que até à data não tenha tido o melhor desenvolvimento uma vez que não entrou nos circuitos de venda, não foi distribuído nem disponibilizado às instituições envolvidas na sua realização.

4. Plano de protecção do Património Arqueológico e Edificado / Contributos ao Plano de Ordenamento

Composição da informação e de propostas de salvaguarda relativas ao património arqueológico, paisagístico e edificado a integrar no Plano de Ordenamento.

Em colaboração com a equipa que desenvolve esse plano, estudar a elaboração de um documento autónomo, em articulação com o PO, que funcione como regulamento específico de actuação face ao património arqueológico, edificado e às paisagens

arqueológicas ou culturais. Partindo da investigação já realizada para a Pré e Proto-História e de um reconhecimento mais aturado do território no que concerne as épocas posteriores, partindo ainda dos estudos já realizados para o próprio Plano de Ordenamento, definir um conjunto de grandes linhas orientadoras para a salvaguarda do património no interior do Parque Arqueológico e definir um conjunto de medidas e instrumentos de salvaguarda que não obstem no entanto a que a análise tenda a ser casuística e temperada sempre por um conjunto diversificado de factores.

Resumo do Projecto - Conservação da comunidade de aves rupícolas do Vale do Côa ¹

O Vale do rio Côa, recentemente classificado como Património Mundial, devido ao seu valor arqueológico, possui também grande importância a nível da avifauna rupícola, estando por isso classificado como Zona de Protecção Especial ao abrigo da Directiva Aves. Nesta zona nidificam diversas espécies de aves rupícolas, constituindo um núcleo populacional, toda elas com estatuto prioritário a nível nacional e internacional, como é o caso da Cegonha preta *Ciconia nigra* (Em perigo), Abutre do Egipto *Neophron percnopterus* (Vulnerável), Grifo *Gyps fulvus* (Vulnerável), Águia Real *Aquila chrysaetos* (Em perigo), Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus* (Raro), Bufo real *Bubo bubo* (Raro), Andorinhão real *Apus melba* (Raro) e Chasco preto *Oenanthe leucura* (Raro). A importância deste núcleo populacional, relaciona-se com a representatividade dessa comunidade num espaço totalmente localizado em território nacional no qual possui densidades elevadas. Por outro lado a elevada densidade populacional e o seu confinamento a uma estreita faixa ao longo do rio Côa confere uma maior sensibilidade face a diversos factores de ameaça que têm vindo a afectar negativamente algumas destas espécies.

Nesta área rural têm ocorrido em décadas recentes diversas mudanças a nível das práticas agropecuárias tradicionais. Essas alterações têm levado à degradação das condições ecológicas, nomeadamente à perda do mosaico de habitats, vital para uma série de espécies. A uniformização dos habitats resultante do abandono agrícola e a

prática excessiva de queimadas têm reduzido as populações de presas, afectando as aves predadoras, entre as quais se destaca *Hieraaetus fasciatus*. A diminuição do efectivo de pequenos ruminantes, devido a um aproveitamento inadequado das pastagens e dos matagais é outro factor negativo para as populações de aves, principalmente as necrófagas (*Gyps fulvus* e *Neophron percnopterus*). Por outro lado a actuação conjunta das práticas cinegéticas inadequadas, do furtivismo, da perturbação nas colónias, das pilhagens e da destruição de ninhos, tem influenciado negativamente toda a comunidade de aves rupícolas.

Este projecto tem como principal objectivo contribuir para manter e, se possível, aumentar a comunidade de aves rupícolas do vale do Côa. Para atingir esse objectivo pretende-se contrariar os factores negativos, actuando sob distintas vertentes:

- Gestão de terrenos nas áreas em redor dos principais locais de nidificação. Esta acção pretende garantir a protecção dos locais mais sensíveis, através da interdição de determinadas actividades e da implementação de sistemas de vigilância e monitorização, que vêm beneficiar toda a comunidade de aves rupícolas. Por outro lado aplicar-se-á nesses terrenos, uma gestão agro-silvo-pastoril, compatível e benéfica para a conservação das aves rupícolas (gestão de uma cabrada com exemplares autóctones e a realização de limpezas e melhoramentos dos matagais-azinhais/carvalhais e sobreirais). A regulação da actividade cinegética e a promoção do aproveitamento educacional e de um turismo ordenado são outras acções a desenvolver.

¹ Projecto candidatado ao Programa LIFE, autoria de Ana Lúcia Berlimmer.

- Promoção de uma gestão adequada da pastorícia nas áreas envolventes aos locais de nidificação (melhoramento das pastagens, realização de fogos controlados, formação e acompanhamento técnico aos criadores). Pretende-se manter o mosaico de habitats criado pela pastorícia, vantajoso para as espécies predatórias, e que por outro lado esta acção destina-se a manter ou aumentar o encabeçamento de pequenos ruminantes, que beneficia a disponibilidade trófica para as aves necrófagas.

- Acções específicas de fomento da disponibilidade alimentar para as populações de aves rupícola. Nesse âmbito prevê-se a a legalização de um campo de alimentação de abutres (destinado a beneficiar as populações locais de aves rupícolas) e pela construção de 6 charcas e recuperação de 2 represas de antigos moinhos no Rio Côa e no Rio

Massueime (aumentando os locais de alimentação para *Ciconia nigra*) e recuperação e repovoamento de pombais tradicionais localizados em territórios de *Hieraaetus fasciatus*, vacinação melhoramento de abrigos de *Oryctolagus cuniculus* (importante para a alimentação de *Hieraaetus fasciatus* e *Aquila chysaetus*)

- Educação ambiental e divulgação do projecto, destina-se a valorizar a imagem das aves e o interesse da sua conservação junto da população local e visitantes (realização de sessões de esclarecimento e sensibilização, edição de material divulgativo, organização de visitas).

A área de intervenção deste projecto será toda a ZPE, incidindo nas áreas de maior interesse para as aves rupícolas, com uma duração prevista de 3 anos (Outubro 1999 a Setembro de 2002).

Visitar o Parque Arqueológico Vale do Côa

- Como escolher a sua visita e como proceder à sua marcação

O Parque Arqueológico Vale do Côa organiza quatro tipos de visitas aos núcleos com arte rupestre abertos a visita pública:

- *Visita individual ou de pequeno grupo* 1 a 8 pessoas
- *Visita de grupo* 8 a 24 pessoas
- *Visita grupo alargado* 24 a 56 pessoas (limite máximo admitido por grupo)
- *Visitas escolares* até 56 pessoas
- *Visitas de barco* mínimo 4 e máximo de 5 pessoas

São três os núcleos com painéis de arte rupestre abertos ao público situados no interior da área do Parque Arqueológico:

- **Canada do Inferno** (freguesia de Vila Nova de Foz Côa)
- **Penascosa** (freguesia de Castelo Melhor)
- **Ribeira de Piscos** (freguesia de Muxagata)

A mostra da arte rupestre é feita sob a forma de visita guiada, sendo o visitante transportado em veículo todo-o-terreno do Parque Arqueológico conduzido pelo guia do Parque que acompanha e orienta todo o percurso. Efectuam-se visitas durante todo o ano e todos os dias da semana com excepção da segunda-feira, dia em que os Serviços do Parque estão fechados ao público.

Em conformidade com a legislação em vigor *, não pode este Parque Arqueológico permitir o transporte de crianças com idade inferior a 3 anos nos veículos todo-o-terreno de que dispõe para efectuar as visitas.

* (Código da Estrada, Portaria 849/94)

Preço por pessoa e por núcleo a visitar - 500\$00

A **Quinta da Ervamoira**, situada no interior do Parque Arqueológico e propriedade da Casa Adriano Ramos Pinto, dispõe também de uma visita guiada, que inclui um percurso pela quinta e pelo *Museu de Sítio de Ervamoira*. Esta visita pode ser marcada através dos Serviços do Parque Arqueológico complementando a visita ao núcleo da Ribeira de Piscos (**o preço mínimo por pessoa é de 2000\$00** incluindo, pela parte do PAVC, mostra das gravuras da Ribeira de Piscos e transporte até à Quinta e 1000\$00 cobrados pela Quinta de Ervamoira pela entrada nas suas instalações. O visitante poderá marcar com os serviços da Quinta serviço de *almoço volante* ou *almoço VIP*).

Nas visitas de barco o preço por pessoa é de 4 500\$00 (incluindo, pela parte do Parque, transporte de barco e em veículo todo-o-terreno e pela parte da Quinta de Ervamoira visita à Quinta, ao *Museu de Sítio* e *almoço volante*)

COMO ESCOLHER A SUA VISITA

• Canada do Inferno

Devido à orientação dos painéis, a visibilidade da arte rupestre é maior durante a manhã, pelo que a visita a este núcleo se realiza a partir das 9,30 h.

A partida em veículo todo-o-terreno é feita da Sede do Parque Arqueológico em Vila Nova de Foz Côa. A visita tem uma duração aproximada de 1h e 30m incluindo o percurso no veículo todo-o-terreno até ao local situado sobre a margem esquerda do rio Côa e um percurso pedestre de curta duração que conduz a uma cota inferior, junto ao rio. Aqui se inicia a mostra dos painéis gravados. Local onde a paisagem é mais agreste e o relevo vigoroso, é perceptível o impacto criado pelas primeiras obras que conduziram ao aproveitamento hidroeléctrico do rio Côa, destacando-se o paredão da enseadeira a jusante. Neste local será edificado o futuro Museu do Parque.

• Penascosa

Visitável ao longo da tarde, a primeira visita a este núcleo começa às 13h.

A partida em veículo todo-o-terreno é feita do Centro de Recepção de Castelo Melhor. A visita tem uma duração aproximada de 1h e 30m incluindo o percurso no veículo todo-o-terreno até ao local, situado junto ao curso do rio Côa, na sua margem direita. Os painéis gravados estendem-se ao longo da margem, em terreno plano e acessível. Este trajecto oferece uma visibilidade ímpar sobre o território: o reduto fortificado de Castelo Melhor, os campos agricultados, a Quinta de Ervamoira numa perspectiva quase aérea, o curso do rio Côa enquadrado por um relevo montanhoso de brando e magnífico recorte.

• Ribeira de Piscos

Visitável ao longo de todo o dia, a primeira visita a este núcleo começa às 9 horas.

A partida em veículo todo-o-terreno é feita do Centro de Recepção de Muxagata. A visita tem uma duração aproximada de 2h e 30m, incluindo um percurso em veículo todo-o-terreno com duração de 30 minutos e um percurso pedestre ao longo da Ribeira de Piscos de cerca de 20 minutos até ao primeiro conjunto de rochas gravadas. Prolonga-se depois até alcançar a confluência deste curso de água com o rio Côa, onde se erguem outros painéis gravados. Ao longo do trajecto estendem-se paisagens humanizadas, pequenas depressões ocupadas por olivais, hortas e vinhedos, pontuadas por construções em aparelho de alvenaria de xisto de apoio às actividades agrícolas e pastoris. Junto à foz, o território faz-se mais agreste e avultam, nas encostas fronteiras, os

olivais que galgam os terrenos xistosos sulcados pelos caminhos que descem aos areais da Penascosa.

Três núcleos cuja visita é complementar. Distintos os motivos e técnicas de gravação dos painéis com arte rupestre, são também diferentes os enquadramentos paisagísticos. E se as condições de luz alteram a visibilidade da arte pré-histórica insculpida nos xistos, também as várias estações do ano compõem alterações de monta na paisagem. Ao colorido que os giestais, o rosmaninho e as papoilas emprestam na Primavera, segue-se o acento ocre e amarelo que marca a secura do Estio e anuncia a proximidade das vindimas. Os alforjes carregados no dorso dos mueres que cruzam, em Setembro, o percurso dos visitantes, assinalam a apanha da amêndoa. Carregando a paisagem, no Outono, os vermelhos dos vinhedos prenunciam o descer das temperaturas e a apanha da azeitona, azáfama que enquadrará as visitas do último mês do ano.

COMO PROCEDER À MARCAÇÃO DA VISITA

A marcação da visita poderá ser feita por:

telefone 079 764317

fax 079 765257

carta Parque Arqueológico Vale do Côa,
Av. Gago Coutinho, 19,
5150 Vila Nova de Foz Côa

e-mail pavc@mail.telepac.pt

devendo ser indicado o núcleo ou núcleos que pretende visitar, o dia ou dias escolhidos para a visita e o horário preferencial.

Se a marcação for feita por telefone é desde logo marcada a respectiva visita, com reserva de local e hora. É pedida pelos Serviços do Parque informação relativa ao nome em que ficará a reserva, telefone ou fax e morada de contacto.

Se a marcação for feita por fax, e-mail ou carta a resposta é enviada pela mesma via.

Aos Sábados marcam-se apenas visitas para o próprio dia ou para o Domingo seguinte e aos Domingos as visitas marcam-se apenas para o próprio Domingo.

Marcação de visita individual ou de pequeno grupo (1 a 8 pessoas)

A visita pode ser marcada para qualquer dia do ano com excepção da Segunda-feira. Se for marcada com grande antecedência deverá ser confirmada até 8 dias antes.

Visita de grupo (8 a 24 pessoas)

Durante o período lectivo as visitas podem ser marcadas para as sextas-feiras, fins-de-semana e

feriados, ficando os restantes dias da semana reservados às visitas de grupos escolares. Nos outros meses do ano poderão efectuar-se visitas em qualquer dia com excepção da segunda-feira.

Na altura da marcação da visita é exigido um pré-pagamento correspondente a 50% do total da visita, pagamento efectuado nas instalações do PAVC ou enviado pelo correio em cheque passado à ordem de *Parque Arqueológico Vale do Côa*. O cheque acompanhará impresso próprio do Parque, no qual constam os dados referentes à visita, impresso que os serviços farão chegar por correio ou fax ou entregam em mão se a visita for marcada na sede do Parque.

Sempre que a marcação for feita com antecedência, deverá ser confirmada pelo menos até 30 dias antes da visita, mediante o envio do impresso com o respectivo pagamento.

Visita grupo alargado (24 a 56 pessoas)

Durante o período lectivo as visitas podem ser marcadas para as sextas-feiras, fins-de-semana e feriados, ficando os restantes dias da semana reservados às visitas de grupos escolares.

Durante os meses de Julho e Agosto bem como durante a quinzena da amendoeira em flor (finais de Fevereiro/ inícios de Março) não são admitidas marcações de grupos aos fins-de-semana.

Na altura da marcação da visita é exigido um pré-pagamento correspondente a 50% do total da visita, pagamento efectuado nas instalações do PAVC ou enviado pelo correio em cheque passado à ordem de *Parque Arqueológico Vale do Côa*. O cheque acompanhará impresso próprio do Parque, no qual constam os dados referentes à visita, impresso que os serviços farão chegar por correio ou fax ou entregam em mão se a visita for marcada na sede do Parque.

Sempre que a marcação for feita com antecedência, deverá ser confirmada pelo menos até 30 dias antes da visita, mediante o envio do impresso com o respectivo pagamento.

Visitas escolares (até 56 pessoas)

As visitas de grupos escolares são efectuadas entre os meses de Outubro a Junho (inclusive) e processam-se à terça, quarta e quinta-feira.

Até ao 10º Ano os grupos escolares visitam o núcleo da **Penascosa**.

A partir do 11º ano são admitidas marcações de grupos escolares para qualquer um dos três núcleos visitáveis.

Na altura da marcação da visita é exigido um pré-pagamento correspondente a 50% do total da visita, pagamento efectuado nas instalações do PAVC ou enviado pelo correio em cheque passado à ordem de *Parque Arqueológico Vale do Côa*. O cheque acompanhará impresso próprio do Parque,

no qual constam os dados referentes à visita, impresso que os serviços farão chegar por correio ou fax ou entregam em mão se a visita for marcada na sede do Parque.

Sempre que a marcação for feita com antecedência, deverá ser confirmada pelo menos até 30 dias antes da visita, mediante o envio do impresso com o respectivo pagamento.

Nota: tratando-se de visitas individuais ou de pequeno grupo, sempre que houver necessidade de desmarcar uma visita previamente reservada tal deve ser feito com um mínimo de 15 dias de antecedência.

Tratando-se de visitas de grupo, de grupo alargado ou visitas escolares, a desmarcação da visita previamente reservada terá de ser feita com 30 dias de antecedência; a ultrapassagem deste prazo implica a perda do pré-pagamento de 50%.

A visita

O Parque Arqueológico garante o transporte apenas a partir dos Centros de Interpretação e Sede. Há agentes transportadores a operar nas várias ligações aos Centros de Interpretação e Sede do Parque.

No dia e hora marcados o visitante deverá apresentar-se no local indicado (Sede do Parque, Centro de Recepção de Castelo Melhor ou Centro de Recepção de Muxagata) com 15m de antecedência. Aconselha-se vivamente a utilização de calçado confortável e, a partir da Primavera até ao Outono, de chapéu. Os visitantes devem vir prevenidos com água e protector solar. No Inverno é aconselhável que o visitante se previna com um impermeável.

Visitas de barco

Têm início às 8h 45m. A partida é feita da sede do Parque em veículo todo-o-terreno e inicia-se a visita pelo núcleo da Canada do Inferno. Daqui segue-se, já no barco, até Vale Figueira, local de observação de novo conjunto de gravuras, partindo-se depois para a Ribeira de Piscos onde se situa o outro núcleo de gravuras paleolíticas. A visita prossegue até à Quinta de Ervamoira onde os visitantes são conduzidos em veículo todo-o-terreno pela guia da Quinta que orientará também um percurso pelo *Museu de Sítio*. Segue-se almoço volante na Quinta após o qual os visitantes são conduzidos no barco até à Canada do Inferno onde aguarda um veículo que os deixará na sede do Parque.

Horários

Os horários das visitas mudam em função da passagem das estações do ano, de modo a ter em conta as alterações na luminosidade e as condições atmosféricas. Tendo habitualmente início às

horas indicadas em cada um dos núcleos (Canada do Inferno - 9h e 30m; Penascosa - 13h; Ribeira de Piscos - 9h e 30m), as visitas que se realizam de manhã poderão ser antecipadas para as 8h, se os visitantes exprimirem esse desejo com a devida antecedência e se para tal houver disponibilidade dos Serviços do Parque.

Horário de Verão

Penascosa: 13h/ 13h 30m/ 14h/ 15h/ 15h30m/
16h/ 17h/ 17h30m/ 18h

Canada do Inferno: 9h30m/ 11h30m/ 15h30m

Ribeira de Piscos: 9h30m/ 10h/ 15h/ 15h30m

Horário de Inverno

Penascosa: 13h/ 13h 30m/ 14h/ 15h/ 15h30m/
16h

Canada do Inferno: 9h30m/ 11h30m/ 15h

Ribeira de Piscos: 9h30m/ 10h/ 14h/ 14h30m

Horário de Visitas Escolares

Penascosa: 9h/ 9h30m/ 10h/ 10h45m/ 14h/
14h30m/ 15h

Informações úteis:

Sendo as visitas efectuadas de molde a aproveitar o maior tempo de luz solar e uma melhor visibilidade, realizam-se, em certos casos, nos períodos de maior calor. Tratando-se de uma zona onde se atingem temperaturas elevadas e havendo poucos locais sombreados, recomenda-se que pessoas com mais sensibilidade às altas temperaturas optem pelas épocas mais confortáveis da Primavera e Outono. Pelas mesmas razões, aconselha-se que seja ponderada a visita de crianças com idade inferior a sete anos, sobretudo durante o Estio.



Vale do Côa

Parque Arqueológico Vale do Côa,

Av. Gago Coutinho, 19, 5150 Vila Nova de Foz Côa

☎ 079 764317

Fax 079 765257

✉ pavc@mail.telepac.pt

Site na Net: <http://fozcoa.min-cultura.pt/>